

II CONGRESSO INTERNACIONAL

ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA:
DEMOCRACIA, DIREITOS E REFORMAS EDUCACIONAIS


Currículo, Memórias e Narrativas
em Educação
Grupo de Pesquisa CNPq


Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado


UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

A INTERFACE ENTRE O GOLPE E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Janaina Junqueira Valaci Cruvinel

janavalaci@hotmail.com

Lucia de Fatima Valente

valentelucia@yahoo.com.br

Ancoradas no contexto histórico-político que sucedeu o golpe jurídico-midiático-parlamentar da Presidente Dilma Rousseff em 2016, buscamos compreender a intenção implícita contida na Reforma do Ensino Médio. Este é um trabalho que faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa tem como objetivo geral apreender as percepções dos professores que atuam no ensino médio diante da implantação da Reforma do Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017 e sua implementação no âmbito das escolas públicas do Estado de Minas Gerais. No recorte para esse trabalho teceremos uma interface entre o fato histórico-político do golpe de 2016 e a implantação da Reforma do Ensino Médio por Medida Provisória (MP) 746/2016 que resultou na Lei nº 13.415/2016.

Para melhor compreensão acerca da implantação da Reforma do Ensino Médio, apresentamos os fatos históricos e políticos que antecederam a MP nº 746/2016. A primeira análise se dá diante da plataforma política “Uma ponte para o futuro” idealizada pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB), partido do então vice-presidente Michel Temer, no ano de 2015. A princípio, o documento mostra-se com boas intenções e demasiada preocupação com as problemáticas do país. Entretanto, quando analisada sob a perspectiva de princípios neoliberais que regem o PMDB, o entendimento do documento recai, basicamente, no mercado.

A referida plataforma traz, timidamente, a temática da educação, porém nas entrelinhas do documento, a educação foi, paulatinamente, desmontada. O texto enfatiza a necessidade de ajuste fiscal e de flexibilização do orçamento e, em sua concepção, uma posição totalmente oposta ao governo da presidente Dilma Rousseff, do qual era vice-

presidente. Fato importante de se considerar, afinal as articulações para a efetivação do golpe já era real, pois como afirma Saviani (2017)

[...] essa tendência que vinha se desenvolvendo na direção da consolidação da institucionalidade democrática desde o início dos anos oitenta do século XX, rompeu-se agora no Brasil com o desfecho do golpe jurídico-midiático-parlamentar que provocou a quebra da institucionalidade liquidando o Estado Democrático de Direito (SAVIANI, 2017, p. 207).

Assim, a educação se constrói numa situação desafiadora e busca resistir ao desmonte, ao descaso e à usurpação da soberania popular. No projetar-se político, o golpe foi instalado e, em 31 de agosto de 2016 a presidente Dilma Rousseff é destituída do cargo de presidente do Brasil. Então, o vice-presidente Michel Temer toma posse no mesmo dia e assume o comando do país, já implementando as ações que tramitavam nos bastidores do PMDB.

A ideologia do partido e do grupo político logo imperou e, por Medida Provisória, datada de 22 de setembro de 2016 a Reforma do Ensino Médio foi efetivada. O retrocesso na educação se configurou nos cortes, no congelamento do orçamento por 20 anos, implicando diretamente na educação.

A efetivação da Reforma do Ensino Médio se deu com a conversão da Medida Provisória nº 746/2016 em Lei nº 13.415/2017. Uma legislação marcada pelas mudanças estruturais e conceituais dessa etapa da educação básica. Tal projeto educacional transita na lógica perversa dos ideais neoliberais, em que as forças políticas e econômicas se convertem e têm a intensificação e o fortalecimento de seus próprios interesses. Sendo assim, a classe social menos favorecida economicamente e mais dependente das ações do Estado em favor de projetos e políticas públicas fica, ainda mais, marginalizada diante de uma estrutura curricular fragmentada e marcada pela redação do art. 4º da Lei da Reforma do Ensino Médio que altera o artigo 36 da LDB:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 1996).

É possível identificar na atual LDB, após as alterações postas pela Reforma do Ensino Médio, além da fragilização do currículo e da formação dos estudantes, a exoneração de importantes bases científicas e humanas nesta etapa da educação básica.

Neste estudo de base documental e bibliográfica, que faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, discutimos a relação existente entre a política e a educação. Todavia, os resultados encontrados a priori nos apontam a conexão existente entre os interesses políticos, econômicos e mercadológicos com os rumos da educação brasileira e, em especial, da última etapa da educação básica.

Palavras-chave: Ensino Médio; Reformas Educativas; Neoliberalismo

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 28 set. 2022.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece o Novo Ensino Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em 28 set. 2022.

BRASIL, Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html> Acesso em 28 set. 2022.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. **A crise da democracia brasileira**, Volume I, p. 196-211, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-politicas-educacionais-1> Acesso em 30 set. 2022.